

# UM MANUAL DE COMO FAZER SOCIOLOGIA A PARTIR DO CONTINENTE ASIÁTICO

ALATAS, Syed Farid; SINHA, Vineeta. *Teoria sociológica além do cânone*. Trad. Luciana Pudenzi. São Paulo: Editora Funilaria, 2023. 336 p.

A primeira versão em português e brasileira deste livro foi lançada em São Paulo, na sede da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco, em Pinheiros, no dia 5 de agosto de 2023. Cláudio Pinheiro, que elaborou um generoso prefácio, além de um posfácio, também organizou o debate de lançamento, para o qual fui convidada como articuladora política do Mulheres Negras Decidem, juntamente com Bianca Freire-Medeiros (USP). Gostaria de introduzir a resenha dessa obra com algumas impressões deste momento específico. A preocupação e perguntas dos convidados giravam em torno do eurocentrismo e das insatisfações com o enclausuramento gerado pela academia. Essas perguntas são indutoras de projetos como o deste livro e demonstram que,

em certo nível, projetos universalistas (políticos e acadêmicos) têm sofrido uma crise de legitimidade em todo o mundo. As perguntas que direcionam essa resenha são duas: sendo este livro concebido como manual, ele realmente se aplica à realidade brasileira? Além disso, é possível uma teoria sociológica sem cânone?

Os prefácio e posfácio do livro, além de sugerir uma *forma de lê-lo* (grifo meu), introduzindo a ideia de “projetos sociológicos politicamente engajados” (p. 11), trazem uma breve biografia dos autores, os contextos em que eles estão inseridos e propõem a expansão de uma agenda brasileira de interesses pelo sudeste asiático, cujas porções foram igualmente colonizadas por portugueses e espanhóis, a fim de costurar similitudes analíticas com as

obras desses autores e outros oriundos desse conjunto de países.

Este tipo de projeto possui relevância acadêmica e política contemporânea inegável, porém, as ameaças em todo o mundo da extrema-direita, que também é “anti-universalismos”, suscitam outra pergunta: se não há universais, o que pôr no seu lugar? Nem tão ao céu, e nem tão à terra, a elevação do nível da crítica e da qualidade do conhecimento produzido em Sociologia – leia-se entendimento adequado de metodologia – é um dos argumentos que torna este livro um exemplo bem-sucedido de manual para a disciplina.

Por elevar a criticidade e evitar extremos inócuos, quero dizer que o projeto de Alatas e Sinha contribui com a manutenção da ideia de uma universalidade não eurocêntrica. Nesse sentido, admitir que movimentos sociais também produzem conhecimento está na ordem do dia, tanto no sentido de produção literal, quanto no sentido dos interesses de pesquisa. Pessoalmente, tive contato com quase todos os autores trazidos neste livro fora das cadeiras escolares, mas dentro de movimentos sociais, em especial, dentro dos movimentos negros de que

participei, limitadamente, a partir dos 16 anos. O universo árabe-islâmico, as teorias europeias e brasileiras que eram problematizadas frente ao debate da raça e da escravidão faziam parte do cotidiano de estudos extracurriculares de alunos universitários insatisfeitos com o “excesso de Europa” em que nos deparamos nas disciplinas obrigatórias na primeira década dos anos 2000.

E o cânone? Alatas responde: “nosso projeto não é substituir o antigo cânone por um novo, e sim substituir a dominação de conceitos e teorias de procedência europeia por uma coexistência multicultural” (p. 256).

A primeira edição do livro, de 2017, foi criada, segundo os autores, Syed F. Alatas e Vineeta Sinha, a partir de suas próprias experiências, em 1998, quando passaram a oferecer a disciplina de teoria sociológica clássica na Universidade Nacional de Cingapura. A intenção era fazer um manual para professores partindo de um contexto histórico-geográfico (de onde as teorias europeias partiram) e global (os países não ocidentais, onde a Sociologia é ensinada), apresentando diversos pensadores vinculados à realidade asiática em que os autores estão inseridos, evidenciando

suas metodologias e apontando os elementos do eurocentrismo presentes nas obras canônicas. Os autores possuem um entendimento próprio de eurocentrismo, que não apenas denuncia uma origem, mas uma perspectiva, “um modo de ver e não ver” (p. 38) o mundo.

Partindo da denúncia da lógica aplicada no ensino das humanidades de modo geral, em que primeiro se observa o que seria o desenvolvimento normal de um fenômeno europeu para, depois, observar e lidar com as especificidades de outras regiões do mundo, os autores também apresentam como problema a seleção sistemática de teóricos e pensadores homens, em geral brancos, pelo cânone e sua presença massiva nos currículos de Sociologia.

O androcentrismo referido, além de não se justificar por uma suposta ausência de pensadoras mulheres, que inclusive aparecem neste livro, apenas reforça hierarquias sociais preestabelecidas que serão resolvidas pelos autores de duas maneiras: 1) argumentando sobre a universalidade da teoria social (incluindo o pensamento social), independentemente da civilização ou era em que os indivíduos-pensadores

estejam inseridos; 2) a sugestão de ensinar teoria e pensamento social juntos. Este último argumento não se sustenta pela ideia de que sejam coisas equivalentes, mas pela valorização da originalidade e pela aceitação de que suas ideias inspiraram e ainda inspiram teorias mais robustas.


Nesse sentido, os autores alteram a cronologia do nascimento e evolução da Sociologia que se baseia na biografia de autores não canônicos e colocam em cena Ibn Khaldun (1332-1406) e Harriet Martineau (1802-76) à frente. A seguir, discutem Karl Marx, Marx Weber e Émile Durkheim de forma crítica, incluindo a maneira como os mesmos encararam as características da sociedade asiática e questões de gênero para pensar suas teorias e os problemas do chamado “orientalismo” desses autores. Por último, e não menos importante, são apresentados os resumos dos trabalhos de Florence Nightingale (1820-1910), Pandita Ramabai Sarasvati (1858-1922), José Rizal (1861-96), Said Nursi (1877-1960) e Benoy Kumar Sarkar (1887-1949).

Essa tentativa de escapar ao eurocentrismo e ao androcentrismo é bem-sucedida?

Em primeiro lugar, como não há um debate sobre o que seria teoria ou o fazer teórico, o lugar dos autores centrais está assegurado. Inclusive, a aposta de Alatas e Sinha em reorientar a origem da Sociologia através de Ibn Khaldun e Harriet Martineau se faz dando tratamento metodológico desigual, recorrendo a autores canônicos bem-sucedidos em suas empreitadas. Ernest Gellner é convocado no texto para tratar do teórico tunisiano, Seymour Lipset e Robert Nisbet para tratar de Harriet Martineau. Enquanto o trânsito profissional e pessoal de Martineau são destacados, a história igualmente “nômade” de Khaldun basicamente não aparece no texto. Sua inserção na comunidade intelectual árabe é obliterada, a crítica ao androcentrismo que Alatas e Sinha argumentaram norteá-los não apareceu no tratamento dado ao trabalho de Khaldun que, inclusive, é conhecido por várias passagens racistas na sua obra principal, *Muqaddimah*. Como tema controverso e polêmico, se os autores estão dispostos a argumentar sobre a universalidade da teoria social, importaria, em minha leitura, contextualizar de maneira mais ampla não apenas a realidade de dominância dos

impérios berberes em que Khaldun vivia, como também o amplo debate abertamente racista em que as universidades árabes estavam envolvidas desde o século IX e ao menos apresentar toda a escola de pensadores árabes da antiguidade, como Ibn Battuta (contemporâneo a Khaldun) e Al-Jahiz (século IV), por exemplo. Young e Weitzberg propõem “desprovincializar a raça”.<sup>1</sup> E eles não estão sozinhos nessa empreitada de estudos cuja tarefa além de demonstrar a influência dos sistemas atlânticos de criação e classificação de humanos em raças, traça como sociedades de parte da África, do Mediterrâneo e do Oceano Índico também moldaram as culturas racializadas nas Américas. Alatas e Sinha, como estudiosos do Islã certamente não estão alheios a esse debate, mas escolheram ignorá-lo de seus escritos. Possivelmente porque não existe debate sobre raça e racismo neste livro. Seus compromissos em combater o eurocentrismo e o androcentrismo, curiosamente não se estendeu para o racismo,

---

1 A. Young e K. Weitzberg, “Globalizing Racism and De-provincializing Muslim Africa”, *Modern Intellectual History*, v. 3, n. 19 (2022), pp. 912-933 .

questão central no desenvolvimento da Modernidade.

Sobre o tratamento metodológico desigual, cabe ressaltar que isso seja, talvez, resultado de estilos de escrita distintos. Enquanto os artigos de Sinha se preocupam em inserir diagnósticos mais amplos da vida dos autores, os de Alatas são estritamente teóricos, com pouco ou nenhum espaço para contextualizações mais amplas, com exceção de seu tratamento dado a Said Nursi, um religioso. O que pode sugerir outro viés. Sinha responsabilizou-se pela escrita da apresentação das autoras mulheres e estas são as únicas que não são apresentadas estritamente por suas obras, mas por seus projetos de vida individuais bem-sucedidos. Pelo seu reconhecimento enquanto vivas, abre-se espaço para debater qual o motivo de sua exclusão da literatura oficial sociológica, já que não é a falta de notoriedade dos escritos das mesmas entre seus contemporâneos.

As aproximações entre Martineau e Tocqueville, bem como Durkheim, mostram como a posição social de indivíduos podem influir nos resultados finais de pesquisa. É especialmente interessante observar a maneira como Sinha distingue as percepções

sobre gênero entre Martineau e Tocqueville, no que diz respeito à vida na América do século XIX, e como esta primeira autora, precursora da Sociologia, percebe o espaço doméstico com um olhar sociologicamente construído, de fato, precedendo a longa história dos estudos feministas sobre o público e o privado.

Em grande parte, aquilo que Sinha considerou como feminismo conciliador de Martineau, já que sua posição não era de uma crítica de papéis de gênero e que seus argumentos a favor da educação formal feminina refutavam a inferioridade intelectual das mulheres para que elas pudessem desempenhar melhor seus papéis, apesar dos notórios defeitos sexistas destes, pode ser interpretado por aquilo que a Sociologia entende hoje como teoria do *care*.

Na seção “Relendo o cânone criticamente”, apesar de excelentes resumos do pensamento dos autores, a proposta de contextualização feita por Sinha em seu texto sobre Émile Durkheim não teve correspondente nas análises de Karl Marx e Max Weber elaborados por Alatas, sendo sistematicamente insuficientes. Além de focar no “gênio” dos escritores, basicamente

não há reflexão de como as obras se combinam com a realidade asiática. O trabalho crítico da releitura proposta resume-se a: 1) uma única citação de Hamza Alavi, que se dedica a refletir sobre o *18 de Brumário*, de Marx, para falar do Estado pós-colonial em Bangladesh; e 2) uma denúncia sobre o orientalismo de Weber, que institui um caráter excessivamente estático às sociedades não ocidentais, porém resgatando-o de releituras que foram consideradas inconsistentes da obra *Ética protestante* e o espírito do capitalismo.

No tocante a Durkheim, a estratégia foi aproximá-lo de Martineau metodologicamente e “salvar seu legado” da leitura dominante, pulverizada pelo mundo dos estadunidenses Talcott Parsons e Robert Merton, que o localizaram como autor conservador que não pensava as mudanças sociais. Neste capítulo, Durkheim é reposicionado trazendo a visão de teóricas mulheres e de não ocidentais para o centro da análise, especialmente a partir de um paralelismo entre os conceitos de anomia, desencantamento e alienação. Para Sinha, conceito de *homo duplex* é a base da teoria durkheimiana sobre individualismo

e a necessidade de regulação social, recolocando, a seguir, o conceito de anomia, que agora deve ser lido como parte da concepção pessimista de Durkheim sobre a natureza humana.

Na seção “Reconhecendo pensamento social além do Cânone”, Florence Nightingale é tratada em seu pioneirismo no uso de metodologias qualitativas e a nascente disciplina estatística. Lida como fundadora da enfermagem moderna, Nightingale esteve engajada em projetos concretos de reforma da saúde pública, reformas sanitárias, educação para enfermagem, administração do espaço doméstico, deixando mais de 200 livros e outros escritos.

E mais uma vez Nightingale é aproximada a Durkheim por sua lógica metodológica, que concebia a ideia de que os comportamentos humano e social não apenas podiam ser quantificados, como também previstos e regulados. Sobre as polêmicas em que ela se envolveu na sua época e a posteriori, por não ser “feminista o suficiente”, Sinha declara que mulheres como ela, Martineau, Jex-Blake, Pandita Ramabai Sarasvati estavam à sua própria maneira criando novos papéis sociais para mulheres. Ao enfrentarem os estereótipos de

gênero, e com sucesso, elas os desgastaram no processo do seu trabalho (p. 194).

Como metodologista e comentarista social, o pensamento de Nightingale é explorado de forma a demonstrar como a autora se posicionava contrariamente à ociosidade feminina, legitimada nos círculos de elite de sua época, bem como defendia o uso e exercício da razão pelas mulheres. Seu trabalho documentando a realidade em que essas mulheres viviam, bem como suas críticas ao casamento e ao colonialismo inglês na Índia, são elencados no artigo para defender sua posição dentro do pensamento social, posicionando-a como uma reformadora social politicamente engajada, inclusive por seus serviços prestados ao Ministério da Defesa de Londres e suas propostas de combate à pobreza na Índia.

Pandita Ramabai Sarasvati e Florence Nightingale possuem algumas coisas em comum em suas trajetórias: pais (homens) comprometidos com a educação feminina e uma religiosidade cristã pungente. Contemporâneas, sendo Nightingale um pouco mais velha, Pandita

Sarasvati foi reconhecida em vida por defender a escolarização de mulheres.

Enquanto Nightingale documentou a vida das mulheres das classes inglesas abastadas, Sarasvati fez o mesmo em relação às mulheres de altas castas hindus. Também abordada como comentarista social, Sinha evidencia o método autobiográfico e a sociologia comparada da teórica indiana, que teciam crítica contundente ao patriarcado tradicional indiano, ao mesmo tempo em que defendiam alguns tradicionais papéis de gênero e sua perspectiva comparativa com a situação das mulheres na Inglaterra e nos Estados Unidos, produzindo uma avaliação extremamente positiva destas últimas. Sua crença no progresso ocidental e em princípios liberais democráticos a punha em uma posição anticolonial e a comparação com a realidade estadunidense evidenciava, segundo Sinha, seu sentimento anti-britânico. Afinal, era na Inglaterra onde a autora se sentia controlada como em nenhum outro lugar.

Sinha demonstra a erudição de Sarasvati, que inclusive teve a oportunidade de ler Harriet Martineau e sua avaliação sobre as relações de

gênero nos EUA. Segundo Sarasvati, “a coragem, o poder de resistência e o esforço incessante” (p. 231) das mulheres fizeram com que sua realidade mudasse drasticamente nos últimos cinquenta anos (o espaço de diferença entre as duas autoras em solo estadunidense). Talvez as obras de maior destaque da autora indiana sejam *The peoples of the United States* e *The High-Caste Hindu Woman*.

Conhecida na Inglaterra, nos Estados Unidos e na Índia, Sinha incorpora a problematização feminista da obra de Sarasvati, assim como a de Nightingale, apresentando as “imagens controladoras”<sup>2</sup> às quais elas foram submetidas. Mesmo esse conceito sendo uma referência à naturalização de certas imagens como instrumentos de perpetuação do racismo, sexismo e pobreza de mulheres negras, creio que ele se aplica quando falamos de uma mulher reduzida à exímia cuidadora, como Nightingale o foi através da imagem de “dama da lanterna”, e de uma mulher racializada e marcada pelo estigma religioso, como Sarasvati.

---

2 Patricia Hill Collins, *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment*, Nova York: Routledge, 1991.

O filipino José Rizal é apresentado por Alatas como “o primeiro pensador social sistemático do sudeste da Ásia” (p. 234). Rizal tinha claras intenções de desmontar o discurso orientalista da empreitada colonial. O capítulo dedica muitas páginas para demonstrar como Rizal discutiu o estereótipo do colono indolente para desconstruir sistematicamente os argumentos sobre inferioridade das populações indígenas. Seu recurso argumentativo não era apenas negar uma suposta percepção negativa do trabalho executado pelos filipinos, mas apontar as causas para tal problema na colonização espanhola e nos rituais religiosos cristãos entre eles.

Governança ruim e corrupta, religiosidade baseada na demanda excessiva da presença dos fiéis em igrejas e a exploração do trabalho, ou seja, capitalismo colonial, são denunciados e o mito da indolência filipina claramente apreendida por Rizal como instrumento ideológico de dominação. Sua solução? Mais burocracia, mais eficiência e previsibilidade; para este autor, a modernidade em si não era um problema, mas uma solução para o governo colonial espanhol. Seus métodos ora indutivos, ora dedutivos,



além de orientarem sua escrita política, também orientaram sua escrita jornalística e poética, como aponta Alatas.

Contemporâneo de Rizal, Said Nursi viveu o processo de criação da República da Turquia sob os escombros do antigo Império Otomano. Tendo como objeto de trabalho central apresentado por Alatas a tensão entre o tradicional e o moderno, ou seja, modernidade e religião, Nursi adaptou a ética muçulmana em um mundo secularizado em linhas opostas ao que a maioria dos autores islâmicos propunham à época. Alatas ressalta que Nursi produziu um avolumado trabalho em metafísica, ética e teologia, mas que centraria seu estudo nas abordagens empírico-religiosas do mesmo.

Para Nursi, a restauração da virtude seria responsável por reequilibrar o mundo social, orientado para o progresso, através da crença. A dessacralização é a sua questão central ao tratar do mundo moderno. O autor produziu um diagnóstico sobre a Europa dividindo-a em duas: a fundada na verdadeira cristandade (e todas as características adjacentes que são consideradas positivas e controladoras dos impulsos negativos

do homem) e a fundada no naturalismo (e suas características negativas, em que a agressão, a força e a luxúria são as linguagens dominantes).

No que diz respeito ao universo islamizado, a patologia identificada era a divisão entre sunitas e xiitas. Essa falta de coesão entre muçulmanos era gerada pela incompreensão mútua, segundo Nursi, ele próprio um sunita. Recuperando as narrativas sagradas, Nursi demonstra simpatia por várias tradições xiitas, especialmente as que não se envolveram em califados.

Alatas desenvolve um debate que merece destaque acerca de uma famosa citação de Nursi, na qual o autor afirma, metaforicamente, que a Europa e a América estão grávidas do islã, bem como os otomanos estavam grávidos da Europa e deram à luz a um Estado Europeu. Diversas interpretações são possíveis, e Alatas introduz um primoroso debate sobre as origens do termo judaico-cristão e sua exclusão do islã da tríade das grandes religiões monoteístas do mundo. Citando Richard Bulliet e seu termo civilização islâmico-cristã, que surgiu após os ataques de 11 de setembro a fim de defender uma convivência pacífica entre “mundos”

distintos, Alatas sugere um caminho melhor para a compreensão do papel do Islã na civilização ocidental. Para além das semelhanças ou diferenças religiosas, o autor utiliza a história e suas inúmeras evidências das contribuições das sociedades islâmicas ao desenvolvimento de instituições (especialmente educacionais) e no pensamento difundidos na Europa. Remontando ao século X nos exemplos selecionados para demonstrar sua tese, isto fortalece a minha hipótese de que a opção por deixar de lado o tema de raça e racismo pré-coloniais foi uma escolha consciente.

Por último, não menos importante, Alatas relembra que o tema do desespero é importante na obra de Nursi. Aproximando-o ao conceito de anomia, ele constrói sua ideia a partir da necessidade de reduzir o sofrimento humano através da justiça social e uma das soluções era a redistribuição de riquezas através do dízimo islâmico, o *zakat*.

O último autor do manual é Benoy Kumar Sarkar. Tratado por Sinha como autor que tem um lastro intelectual documentado cuidadosamente por seus pares, evidenciando as credenciais acadêmicas do autor indiano, socialista e comprometido com a agenda

nacionalista, que criou diversos institutos de pesquisa, orientou e supervisionou diversas pesquisas e está enquadrado pela autora como um produtor de conhecimento “pós-orientalista”, criticando o orientalismo já conhecido dos autores canônicos.

Como um autor moderno, no sentido amplo do termo, pelo tempo em que viveu e por sua abordagem, o conceito de positivo de Comte foi preservado em sua obra e as contradições da modernidade são bem acolhidas. Admitindo a natureza secular da política, Sarkar, segundo Sinha, percebeu as forças democratizadoras que a modernidade havia movimentado e estava atento às nascentes tecnologias de mobilizações de massas que os Estados europeus, especialmente os fascistas, estavam então implementando. Nesse sentido, este intelectual era um universalista, suas ideias não se restringiam às fronteiras da Índia, interpretando o “modernismo” como uma força que obedecia à lógica da evolução humana que podia ser vista tanto na Euro-América, como na Ásia.

O projeto de criar visibilidade para autores asiáticos e não ocidentais soma-se aos esforços de outros intelectuais negros(as) e africanos(as).

Nitidamente, a escolha política por esses dois autores como ponto de desestabilização da “linha do tempo da sociologia”, proposta pelo cânone, demonstra uma das verdades mais importantes desta obra: os autores

de fora do cânone em vida receberam acenos dos autores imortais com os quais lidamos ainda hoje nas graduações e pós-graduações de Ciências Sociais, mas que por escolhas políticas foram simplesmente ignorados.

**Marianne da Silva Rocha**  

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro*

doi: 10.9771/aa.v0i68.57659